

Vanusa Rodrigues Sena

**PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS NO LIVRO DIDÁTICO.**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
submetido ao Curso de Graduação em
Ciências Sociais, como requisito para a
obtenção do grau de Licenciada em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Amurabi Pereira
de Oliveira.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sena, Vanusa Rodrigues
Pensamento social brasileiro : clássicos e
contemporâneos no livro didático / Vanusa Rodrigues
Sena ; orientador, Amurabi Pereira de Oliveira ,
2017.
68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Pensamento social
brasileiro. 3. Ensino de sociologia . 4. Livro
didático . I. Oliveira , Amurabi Pereira de. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Vanusa Rodrigues Sena

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS NO LIVRO DIDÁTICO

Este Trabalho de Graduação foi julgado adequado para obtenção do Título de “licenciatura”, em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de março de 2017.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Marcia da Silva Mazon, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Mes. Marcelo Pinheiro Cigales
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a minha mãe,
representação de dedicação e de amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a minha família, pela paciência e apoio. Em especial a minha mãe, Vania Maria, pela compreensão e generosidade. A minha irmã Valdirene, pela ajuda e companhia nestes anos. As amigas de vida e de curso, Ana, Andreia e Julia pela amizade e companhia, pelos debates e crises acadêmicas vivenciadas. A Luc Oberson, pela confiança, por acreditar em mim e no meu trabalho, por todo carinho e incentivo recebido nestes anos.

Ao professor Dr. Alberto Brunetta, pelas boas sugestões à minha pesquisa. Ao professor Dr. Amurabi Pereira de Oliveira, pela valorosa orientação. A professora Dr^a Marcia da Silva Mazon e ao Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política Marcelo Pinheiro Cigales, pelas sugestões dadas na aprovação deste trabalho de graduação.

É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo
onde predomina a atualidade mais incompatível.
(Ítalo Calvino, 1993)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de licenciatura procurou investigar a presença de autores do Pensamento Social Brasileiro nos manuais didáticos de sociologia. A investigação concentrou-se na análise de conteúdo de um dos livros constantes na lista de livros didáticos aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)2015, Sociologia em Movimento da Editora Moderna. Buscou-se compreender se a forma e a finalidade com a qual os autores estão apresentados, contribui para com os objetivos pedagógicos fundamentais das Ciências Sociais na Educação Básica, tal como propõem as Orientações Curriculares Nacionais (2006).

Palavras-chave: Livro Didático. Pensamento Social Brasileiro. Ensino de Sociologia.

ABSTRACT

This dissertation sought to investigate the presence of authors of Brazilian Social Thought in didactic manuals of sociology. The research focused on the content analysis of one of the books included in the list of approved textbooks in the Textbook National Program (PNLD) 2015, *Sociologia em Movimento*, Editora Moderna. It was sought to understand if the form and purpose with which the authors are presented contributes to the fundamental pedagogical objectives of the Social Sciences in Basic Education, as proposed by the National Curriculum Guidelines (2006).

Keywords: Textbooks. Brazilian Social Thought. Sociology Teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Coleção mais distribuída por componente curricular.....	49
Quadro 2 – Autores de acordo com o tema e o capítulo.....	59
Quadro 3 – Formas de mobilização dos autores.....	61
Quadro 4 – Disposição dos autores no texto.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

OCNs – Orientações Curriculares Nacionais

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PSB – Pensamento Social Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
2 PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL.....	27
2.1 BREVE PANORAMA DA AREA.....	27
3 SOCIOLOGIA (CIÊNCIAS SOCIAIS) NO ENSINO MÉDIO E A PRODUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO.....	35
3.1 A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.....	39
3.2 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD.....	41
3.3 PNLD DE SOCIOLOGIA.....	44
4 SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO (ED. MODERNA).....	49
4.1 PSB NO LIVRO DIDÁTICO: CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino de sociologia na educação básica a partir de 2008 com a Lei 11.684 (BRASIL, 2008), tem instigado um debate pertinente sobre os livros didáticos de apoio aos professores e alunos. O interesse por estudar os livros didáticos de sociologia, deu-se inicialmente durante o Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I e II, na elaboração dos planos de aula e no exercício da docência. Houve a necessidade de material de apoio para complementar a fundamentação teórica das aulas, foi quando refiz algumas leituras dos autores (clássicos e contemporâneos) trabalhados na disciplina de Pensamento Social no Brasil, principalmente para tratar de temas como estratificação, mobilidade social e a gênese de algumas desigualdades sociais no Brasil – o processo de urbanização e o início do capitalismo no Brasil, a marginalização social de pobres e negros via teorias da “eugenia” e do “higienismo social”, o processo de favelização no Brasil; o latifúndio, a concentração de terras e suas consequências sociais, econômicas e ambientais.

Entende-se que, o Pensamento Social no Brasil, como área tradicional de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras, tem contribuído para renovar o conhecimento sobre os padrões e dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileira, seja através da análise de discursos políticos, revisitando o ensaísmo dos anos 30, “produzindo uma quantidade respeitável de análises, pesquisas empíricas e historiográficas, bem como interpretações teóricas sobre o Brasil” (BRANDÃO, 2005, p. 231).

Nesse sentido, à volta ao passado, é um exercício que se faz presente, como recurso e ferramenta imprescindível ao movimento de estranhamento e desnaturalização das relações e dinâmicas sociais nacionais, sendo esse o principal papel da Sociologia no Ensino Médio de acordo com as OCNs (BRASIL, 2006).

A pesquisa tem como objetivo investigar como os autores (clássicos e contemporâneos) do pensamento social brasileiro apresentam-se nos manuais didáticos de sociologia. A investigação se concentrará na análise de conteúdo de um dos livros constantes na lista de livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o ano de 2015. O livro em questão é *Sociologia em Movimento* da Editora Moderna. Esta opção deu-se pelo fato de ter sido esta a obra mais adquirida em 2015 pelo programa de sociologia. Chama a atenção também, por ser uma obra

coletiva escrita por 19 professores, sendo 12 professores do Colégio Pedro II, tradicional instituição localizada no Rio de Janeiro¹. Em sua maioria são professores com formação em nível de doutorado, trabalham na rede pública, escola particulares e em instituições federais de ensino (escolas técnicas federais e colégio de aplicação), todos com vasta experiência na educação básica.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro será destinado ao Pensamento Social no Brasil, principais autores, consolidação da área, pesquisa e ensino, sua relevância para as Ciências Sociais. A segunda parte o foco será o ensino de sociologia e a produção de livros didáticos. Posteriormente, será feita a análise de conteúdo de um dos livros constantes na lista de livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o ano de 2015. Inicialmente será apresentada a questão do pensamento social no livro didático, para posteriormente realizar a análise desse material, indicando de que forma o PSB aparece nesse livro. Busca-se compreender se a forma e a finalidade com a qual os autores são apresentados no livro didático contribuí para com os objetivos pedagógicos fundamentais das Ciências Sociais na Educação Básica, tal como propõem as Orientações Curriculares Nacionais (2006).

¹Este colégio, foi criado no Império no intuito de formar a elite brasileira. Foi a primeira instituição de ensino secundário a adotar, em 1925, a sociologia como disciplina obrigatória em seu currículo.

2 PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL.

2.1 BREVE PANORAMA DA ÁREA

No final do século XIX e início do XX, a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores, chamados de pensadores sociais (LIEDKE, 2005, p. 377) ou intelectuais não especializados (CÂNDIDO, 2006), que sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas buscavam responder questões sobre a formação do estado nacional brasileiro e a identidade nacional. Eram juristas, médicos, estadistas, pensadores, romancistas, engenheiros e outras categorias profissionais, que ocuparam-se em pensar, refletir, propor soluções e alternativas para a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 1999). Alguns nomes desse período, Visconde de Uruguai (1807-1866) e Tavares Bastos (1839-1875) sobre o debate centralização e descentralização no Império; Silvio Romero (1851-1914) sobre a crise do Império. Após a proclamação da república, a questão passou a ser a definição dos aspectos centrais da formação da sociedade brasileira, destaque nesse período para as publicações de Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951).

Entre as décadas de 1920 e 1940, foram publicados estudos cruciais sobre essa formação, reunidos na expressão “ensaísmo de interpretação do Brasil” (BOTELHO, 2010, p. 48). A importância do passado colonial esteve presente na maioria dos livros que discutiram a formação social do país. Eles seguiam um quase padrão narrativo, iniciando-se por um grande balanço da história do Brasil e fechando-se com o programa político sobre como superar os problemas do país (RICUPERO apud LAMOUNIER, 2007). Autores desse período procuraram formular visões estruturantes sobre a formação histórico-social brasileira, em busca de seus traços definidores, de suas peculiaridades e de seus percalços. Trabalharam com o afã de entender o sentido e a gênese da nacionalidade e procuraram decifrar a existência de uma identidade nacional, conquanto não deixassem de visualizar um Brasil fragmentado, marcado por disparidades regionais e parca integração econômica, social e cultural.

Referente aos ensaios de interpretação do Brasil escritos nesse período, Botelho (2010, p. 48-49) ressalta, que mesmo que características comuns possam favorecer possíveis entrelaçamentos de problemas, questões e perspectivas comuns, isso não significa

que o sentido dos ensaios já esteja dado de antemão. Uma vez que, ao pensar os ensaios como uma unidade, um todo coerente ou estável, corre-se o risco de deixar de reconhecer e de qualificar as diferenças significativas existentes entre eles.

[...] pensar os ensaios de interpretação do Brasil como um conjunto unitário é um problema que se colocou a posteriori, e em especial pelas ciências sociais, cujo bem-sucedido processo de institucionalização se processou no período imediatamente posterior ao seu surgimento [...]. Processo que, sob o influxo de vertentes sociológicas europeias e norte-americanas, sobretudo estas, consolidou a adoção de um novo padrão cognitivo definido prioritariamente no sentido da pesquisa empírica, que, ao lado da sua forma narrativa correspondente, a monografia científica, acabou por redefinir o lugar e o sentido do ensaio na cultura brasileira. (BOTELHO 2010, p. 48)

Para Ricupero (2007), enquanto gênero intelectual, as interpretações do Brasil estariam historicamente situadas entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento pleno da universidade, a partir da década de trinta do século XX. Assim a primeira publicação desse período, *Populações meridionais do Brasil* (1920) de Oliveira Viana, pertenceria mais ao gênero ensaístico, ao passo que os três seguintes *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942), de Caio Prado Jr, são editados numa época de transição entre o domínio do ensaísmo e o da monografia universitária.

Na década de 1950, quando se torna agudo o debate sobre os rumos a dar ao desenvolvimento econômico, a universidade se consolida, o modernismo se rotiniza (BRANDÃO, 2005:234) e a sociologia brasileira apresenta os seus primeiros resultados mais significativos em termos de produção de conhecimento, a tradição intelectual nacional ganha o interesse público dos cientistas sociais profissionais (BASTOS & BOTELHO, 2010). Destaque nesse período para as publicações de Alberto Guerreiro Ramos – *Cartilha*

brasileira do aprendiz de sociólogo (1954), Luís de Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro – *Ciências Sociais no Brasil* (1955), Florestan Fernandes – *Desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil* (1957), Raymundo Faoro – *Os donos do poder* (1958), Celso Furtado – *Formação econômica do Brasil* (1958), Antônio Candido – *Formação da Literatura Brasileira* (1959) e Florestan Fernandes – *A revolução burguesa no Brasil* (1973).

Todos esses autores e questões centrais teorizadas por eles compõem o panorama da área de Pensamento Social no Brasil. Constituído historicamente como um campo de estudos contemporâneo, voltado para a investigação da tradição intelectual brasileira, pensada enquanto um conjunto de textos, autores, temas, obras, linhagens ou famílias intelectuais, movimentos culturais e espaços de sociabilidade (MAIA, 2011, p.72), procurando desvendar as condições de produção, circulação e os efeitos sociais das ideias, em especial aquelas que buscam interpretar o Brasil, a fim de compreender como e em quais condições foram formuladas, se rotinizaram e quais são seus desdobramentos sobre o debate social.

De acordo com Brandão (2005, p.234), a pesquisa sobre o pensamento social e político do Brasil como reflexão, prolonga uma tradição que se foi acumulando desde as décadas de 60 e 70 do século XIX. Como espécie acadêmica, ela ganha autonomia em relação aos estudos literários apenas nos anos 50 do século XX, chegando a sua maturidade nos anos 90 com capital teórico acumulado. Não tendo um paradigma metodológico específico ou mesmo uma definição disciplinar precisa, esse campo comporta trabalhos de crítica literária, história da ciência, história intelectual e sociologia da cultura, abrigando também estudos que buscam produzir reflexões teóricas a partir da investigação contemporânea de objetos clássicos (MAIA, 2011, p.78).

Em relação às Ciências Sociais, o pensamento social e político vem atingindo desde a década de 1990, amplas condições de consolidação como área de pesquisa e ensino. É o que indicam diversos balanços² realizados sobre a sua produção contemporânea em livros e também sob a forma de teses de doutorado, dissertações e artigos científicos; ou ainda como área de concentração temática no interior de instituições de pesquisa e ensino e nos cursos de graduação em Ciências Sociais, que preveem em seus currículos,

² Miceli, 1999; Oliveira, 1999; Bastos, 2002 e 2003; Brandão, 2005.

disciplinas de sociologia brasileira ou pensamento social como componentes obrigatórias ou optativas.

Na mesma direção deve-se observar ainda sua vitalidade como Grupos de Pesquisa em associações científicas, como na Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS - e, sobretudo, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, cujo GT Pensamento social no Brasil vem se reunindo continuamente desde 1981³, cultivando as interpretações de que a sociedade brasileira tem sido objeto, fomentando o interesse por novos temas contido nelas e aperfeiçoando as possibilidades teóricas e metodológicas de abordá-las (BOTELHO e SCHWARCZ, 2009). Na sua origem, com o objetivo de criar espaço para a reflexão sobre o pensamento social brasileiro, o Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil procurou realizar análise de autores e livros situando-os histórica e sociologicamente e realizando interlocuções com as leituras já consagradas no fim dos anos 70. Sua perspectiva era cobrir estudos de natureza teórica e histórica fugindo de “esquematizações rígidas” e assumindo diante delas uma “atitude crítica”.

Ao longo dos anos, nas reuniões anuais do GT, foram apresentados textos que analisavam obras de pensadores, de ensaístas, de romancistas e literatos, de cientistas sociais [...], procurou-se rever leituras consagradas, qualificar mais e melhor análises já realizadas, operar com novas questões e/ou retornar a antigas [...] procurou-se integrar autores e obras investigando trajetórias, escolas, debates, divergências, polêmicas, enfim, todos os elementos que permitem o conhecimento de “campos intelectuais”, ou seja, explorar os “lugares de fala”, os mecanismos de prestígio e de “distinção” existentes no Brasil principalmente a partir dos anos 20. (OLIVEIRA 1999, p.149)

³Data em que foi encaminhada a direção da ANPOCS proposta de constituição de um grupo de trabalho sobre pensamento social brasileiro (Oliveira, 1999).

Hoje, aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área compreende pesquisas voltadas tanto para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira nas várias dimensões desse processo – questões da modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania – quanto para as diferentes modalidades de produtores e de produção intelectual e artística em sentido amplo – literatura, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão e teatro – e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem, que em consonância com a produção e o debate internacionais no domínio das ciências sociais, podem-se assinalar algumas alterações importantes nesse campo de pesquisas.

Para Botelho e Schwarcz (2011), essa maior pluralização das abordagens representa antes o reconhecimento de que a busca de novas visões sintéticas significa, entre outros, condição para que se possa aperfeiçoar e até mesmo completar movimentos analíticos próprios. Antes centrado quase exclusivamente na pesquisa dos processos de constituição social das ideias, das artes ou da *intelligentsia*, interessa também especificar como estas, levando em conta as relações mais ou menos condicionadas que mantêm com os grupos sociais e as sociedades que as engendram, participam reflexivamente da construção do próprio social, ou seja, como a vida social envolve não apenas estruturas e recursos materiais, como também imateriais – culturais, simbólicos e políticos:

[...] é preciso agora avançar no conhecimento de como estes últimos, em interação histórica contingente com os primeiros, podem ou não influenciar a ordem social de que fazem parte e também serem elementos relevantes para as possibilidades de ação coletiva e mudança social. Não mais apenas condicionadas por determinantes políticos e sociais, análises mais propriamente culturais ganham nova relevância na área, agora como elementos explicativos fundamentais. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2011, p.13).

Essas são questões cruciais que abrem novas frentes de reflexão e de pesquisa, bem como desafios teórico-metodológicos

para a área de pensamento social brasileiro. Mariza Veloso e Sergio B. F. Tavolaro (2011) chamam atenção para as aceleradas e profundas transformações que as últimas duas ou três décadas tomaram a sociedade brasileira: democratização, inserção da economia nacional no cenário global, ampliação da base social de consumo, nova tentativa de integração latino-americana, aprofundamento dos processos de “destraditionalização” e urbanização, expansão inédita do ensino superior, dentre outras expressivas mudanças que fizeram surgir novas reflexões e questionamentos acerca da formação da sociedade brasileira e de nossa identidade nacional.

Somos, uma vez mais, levados a nos debruçarmos sobre essas grandes questões [...] não hesitando em visitar os clássicos do pensamento social brasileiro em busca de chaves explicativas e interpretativas para decifrar o cenário social atual (VELOSO e TAVOLARO, 2011, p.2).

Elide Rugai Bastos (2011), sobre a atualidade e capacidade de renovação do pensamento social brasileiro, enfatiza que as várias questões atualmente colocadas no âmbito das ciências humanas para o entendimento da sociedade foram, de vários modos, objeto da reflexão dos autores brasileiros ao longo dos anos, exemplos disso, segundo a autora, são “a problemática da emancipação, do direito à diferença, dos limites à liberdade, da definição de dignidade como projeto social, do reconhecimento, da exclusão/excludência”, todos eles assuntos e questões mostram-se recorrentes nas investigações acerca da formação nacional brasileira, que hoje sob outra ótica, conduzem à produção de diferentes categorias teóricas que buscam apreender os fenômenos, mas não podem, segundo a autora, desconhecer os caminhos trilhados pelas interpretações anteriores.

Bastos e Botelho (2010), afirmam ser, de fato, o estudo sobre os intelectuais e sua interpretação do país elemento constitutivo da reflexão sociológica brasileira, podendo reconstituir, por meio dele, os problemas e os embates que a sociedade atravessa em diversos tempos. Segundo Botelho (2010), as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira nos levam constantemente a voltar às interpretações de que foram

objeto no passado, uma vez que os desafios atuais de qualquer sociedade também estão associados a sequência do seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, segundo o autor, é a necessidade de compreender problemas relativos à própria formação da sociedade brasileira e ganhar perspectiva tanto histórica como teórica para o entendimento de temas contemporâneos, que faz à aproximação das interpretações do passado as questões do presente. Ainda segundo Botelho (2010), isso implica no reconhecimento de que as interpretações do Brasil constituam-se num espaço social de comunicação entre diferentes momentos da sociedade, entre seu passado e futuro, sua pesquisa pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso próprio presente ainda oculta, sem deixar de reconhecer que, nem o “*ensaísmo*”, nem as “*interpretações do Brasil*” neles esboçadas constituem realidades ontológicas estáveis, são antes objetos de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente.

À volta ao passado, a fim de apreender chaves explicativas para as questões atuais, é um exercício que se faz presente como recurso e ferramenta imprescindível ao movimento de estranhamento e desnaturalização das relações e dinâmicas sociais nacionais. Levando em conta que a Sociologia (Ciências Sociais), como disciplina escolar tem esse horizonte (estranhamento e desnaturalização) como princípio de ensino, a abordagem de autores do pensamento social no âmbito do ensino médio, vai de encontro a esse objetivo, pois possibilita o resgate da historicidade desses fenômenos por meio de correlações e contextualizações históricas e sociais, bem como aprofunda e aperfeiçoa o conhecimento da formação da sociedade brasileira nesse nível de ensino.

3 SOCIOLOGIA (CIÊNCIAS SOCIAIS) NO ENSINO MÉDIO E A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS.

Estudos indicam⁴ que a primeira proposta de implantação da sociologia no ensino brasileiro foi dada por Rui Barbosa ainda no século XIX em 1882. Os “Pareceres” de Rui Barbosa versavam sobre a inclusão da sociologia nos cursos preparatórios e superiores. Os pareceres não foram discutidos na época e a reforma não se realizou (MORAES, 2003, pag.7). No período que vai de 1890 - 1897 a Reforma Benjamim Constant, institui a disciplina como obrigatória nos cursos preparatórios do 6º e 7º anos do secundário. Em 1925 com a Reforma Rocha Vaz a disciplina torna-se obrigatória e seus conteúdos são exigidos nas provas de vestibulares para o ensino superior (MORAES, 2003, pag.7). Posteriormente, em 1931 com a reforma Francisco Campos, a sociologia passa a integrar os currículos da escola secundaria brasileira, normal ou preparatória e em 1933 nos cursos superiores de Ciências Sociais⁵. De acordo com Daros (2002), vivia-se na década de 1930, no Brasil, a institucionalização das Ciências Sociais, movimento vinculado ao impulso da organização universitária, que por sua vez estava associado às grandes transformações políticas e institucionais surgidas no país após 1930.

A legitimação das Ciências Sociais nos anos 30 significava um instrumento que estava associado à modernização social e institucional no país. As Ciências Sociais, particularmente a Sociologia, eram o elemento crucial para a formação das “novas” elites, com habilidades para assumir a tarefa de construção política do Brasil moderno. Para essa “nova” elite intelectual, estruturar um espaço cultural significava criar instituições capazes de tirá-la do isolamento, de dar possibilidades para difusão de sua ideologia e criar um

⁴ Meucci (2000), Moraes (2003), Silva (2010), Machado (1987), Cigales (2014), Liedke (2005), Coan (2006), Oliveira (2013).

⁵Na Escola Livre de Sociologia e Política, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal (UDF), foram criados em 1934 e 1935 respectivamente, esse último só ficou aberto até 1939.

intercâmbio de ideias. [...] A universidade suscitou o entusiasmo desses intelectuais, que deste modo divisavam a possibilidade de estruturar um “novo” campo cultural. (DAROS, 2002, p.5)

De modo geral, estas foram as condições do meio intelectual brasileiro que beneficiaram a ampla repercussão da sociologia. Para Meucci (2000), a sociologia surge no momento em que se queria, a um só tempo, reconhecer a realidade social do país e constituir a nação. Em Santa Catarina, nesse período (anos 1930 e 1940), o Instituto de Educação de Florianópolis fazia parte de um movimento intelectual e cultural de construção de instituições⁶, que reunia intelectuais catarinenses. A fundação da revista *Estudos Educacionais*, com produções científicas dos alunos acerca de temas educacionais, foi um dos meios de efetivar a troca de ideias, entre os intelectuais catarinenses e os intelectuais de projeção nacional, como Fernando de Azevedo (1894-1974) e Lourenço Filho (1897-1970), e mesmo intelectuais estrangeiros, como Donald Pierson (1900-1995) e Roger Bastide (1898-1974), que tiveram atuação marcante na institucionalização da Sociologia no Brasil (DAROS, 2002, p.5).

A partir de 1942, com a Reforma Capanema a Sociologia é retirada da Escola Secundaria. Em 1961, com a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), a sociologia passa a figurar como componente optativo no curso colegial (MORAES, 2003), entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia ser de caráter geral ou específico.

Para Moraes (2003, p.7), embora sendo optativa, a disciplina encontrava dificuldade para ser incluída por conta de preconceito e pela quase substituição do possível caráter crítico de sua abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e conservador da disciplina obrigatória Organização Social e Política Brasileira (OSP). Em 1982 com a promulgação da lei nº 7.044, põem-se fim a profissionalização que marcava o segundo grau, abrindo espaço para uma escola média de caráter formativo

⁶ Os Institutos de Educação, criados no Brasil após os anos de 1930 como importantes centros da formação de professores, se constituíram a partir de remodelações das escolas normais existentes (DAROS, 2002)

geral, é quando a sociologia começa lentamente a ser reabilitada pelos programas curriculares.

Entre as décadas de 1980 e 1990 alguns estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul impulsionam o debate acerca da presença da sociologia como componente curricular obrigatório em nível nacional. A primeira proposta de conteúdos programáticos foi formulada em São Paulo ainda na década de 1980. Em 1991 tem-se a primeira tentativa de obrigatoriedade da disciplina no estado do Rio de Janeiro e em Santa Catarina e, em 1994, no Espírito Santo (CARIDA, 2014, p. 46).

Em 1996, a nova LDB (Lei nº 9.394/96), reintroduz o ensino de sociologia no currículo nacional, mas não como disciplina escolar. No artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, fica estabelecido que: “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. O texto deu margem a diferentes interpretações relativas ao lugar das disciplinas no sistema escolar (CARIDA, 2014, p. 49).

Em 1998 publica-se as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, Parecer CNE/CEB nº 15/98), regulamentadas pela Resolução CNE/CEB3/98, artigo 10, parágrafo 2, alínea b, ao qual fica definido que os conteúdos de sociologia devem ser abordados de forma *interdisciplinar* pela área de Ciências Humanas e até mesmo por outras disciplinas do currículo, ficando a obrigatoriedade desse ensino por conta de cada estado. Em 1999, o governo lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, incluindo o PCN de sociologia como parte da área de conhecimento ciências humanas e suas tecnologias (MORAES, 2003).

Historicamente, a luta pelo retorno da disciplina de Sociologia à Educação Básica foi levada a cabo por Sindicatos de Sociólogos espalhados pelo Brasil [...], os quais fomentaram debates nacionais,

criaram comissões regionais e fizeram audiências com ministros e secretários de educação. (MEIRELLES & SCHWEIG, 2012, p. 85)

Conforme Moraes (2001), desde 1997 já tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei (PL nº 09/00) que visava a alterar o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 9.394/96, afirmando a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas sociologia e filosofia no ensino médio. Em 2001, após passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o projeto é vetado integralmente pelo presidente da República.

A presença disciplinar da sociologia no currículo escolar se fortalece por meio do parecer CNE/CBE nº 38/06 que estabeleceu a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do país. A elaboração do parecer contou com a participação de representantes de entidades, estudantes, sociólogos, professores de Filosofia e de Sociologia e outros profissionais. Dois anos depois, em de 2 junho de 2008 através da lei nº 11.684/08, que altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, torna-se obrigatório o ensino de sociologia nas três series do ensino médio.

Em relação a nomenclatura “sociologia”, que ora se confunde com as Ciências Sociais, de acordo com Cigales e Martins (2016), isso ocorre por vários motivos, entre os quais destaca-se a luta pelo retorno da disciplina. Nesse sentido, falar em Ciências Sociais, seria buscar um espaço no currículo ainda inédito, ou até mesmo se aproximar das nomenclaturas de disciplinas como “Moral e Cívica” (decreto-lei, no. 869, de 12 de setembro 1969) “Estudos Sociais” e “Organização Social e Política do Brasil (OSPB)” (Resolução no. 8 de 1 de dezembro de 1971. Parecer no. 853/71) instauradas durante o Regime Civil-militar. Por outro lado, o termo Sociologia, significava lutar pela (re) introdução, ou seja, pela volta da disciplina que possuía uma longa trajetória histórica no currículo da educação básica. Uma outra questão, refere-se a própria lógica de institucionalização das profissões no Brasil, pois o sindicato dos sociólogos por muito tempo agregou profissionais da Ciência Política e Antropologia, e desempenhou papel relevante para a consolidação da luta para o retorno dessa disciplina.

3.1 A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.

A produção de livros didáticos de sociologia possui uma história antiga. Registram-se entre 1900 e 1929, publicações de autores brasileiros. Compêndios de sociologia criminal (MEUCCI, 2000) dedicados à explicação sociológica do ato criminoso aos estudantes de direito. Eram franceses a maior parte desses compêndios usados para a introdução ao conhecimento sociológico no Brasil.

Esse conjunto de compêndios estrangeiros, que exercera também grande influência sobre a constituição da disciplina sociológica no Brasil fora, de súbito, substituído por obras nacionais a partir da década de 30, quando começaram a ser publicados, com regularidades, os manuais didáticos de sociologia elaborados por autores brasileiros. (MEUCCI, 2000, p. 8)

Impulsionadas de certa forma, pelo processo de consolidação da sociologia no sistema de ensino da época e pela formação de um mercado editorial na área, que possibilitou o acesso a conhecimentos que eram acessíveis apenas a intelectuais que dominavam outro idioma. Entre os anos de 1930 a 1950 um conjunto significativo de obras de introdução ao conhecimento sociológico foram publicadas no Brasil. De acordo com Simone Meucci (2000), os primeiros manuais tinham o propósito de consolidar o conhecimento acerca da disciplina. Eram livros introdutórios destinados ao ensino secundário, aos cursos de magistério, faculdades e universidades.

Apresentavam de forma didática métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica, tradução de pequenos trechos de textos inéditos, discutiam os conhecimentos que deveriam ser contemplados pela disciplina, traziam temas, problemas e conceitos da sociologia eleitos pelos autores, resultado da organização de conteúdo dos cursos que eles ministravam. Visto que naquela época ainda não havia cursos superiores de ciências sociais no Brasil, os primeiros manuais foram escritos por intelectuais, conhecidos como os pioneiros sistematizadores da

sociologia, cuja formação acadêmica era em direito, filosofia, economia, entre outras.

[...] eram consagrados intelectuais do período cuja carreira não estivera restrita às questões jurídicas. Alguns destes bacharéis, apresentados ao conhecimento sociológico nos cursos de sociologia criminal, chegaram mesmo a frequentar disciplinas nos cursos de ciências sociais europeus e norte-americanos [...]. A frequência aos cursos avançados de ciências sociais no exterior era, na época, a única condição de especializar-se na área. Eram, por isso, reconhecidos como pioneiros portadores especializados na disciplina sociológica entre nós. (MEUCCI, 2000, p.16)

Destaque nesse período para os manuais produzidos por Amaral Fontoura (1912-1987) e Fernando de Azevedo (1894-1974) para o ensino da disciplina de sociologia, em especial os destinados a sociologia educacional. Os manuais produzidos por Amaral Fontoura, direcionados para os três níveis de ensino: educação secundária, ensino superior e escola normal, representavam as concepções da sociologia cristã. O autor concordava em muitos aspectos com o movimento educacional da Escola Nova, porém discordava drasticamente quando o assunto era educação laica e eminentemente pública (CIGALES, 2014, p. 71). Fernando de Azevedo vinculava-se a uma sociologia de cunho científico, seus manuais foram escritos com maior rigor acadêmico, destinado a um público especializado. Mais ligado a uma concepção Renovadora da Educação, suas reivindicações buscava uma escola eminentemente pública, gratuita e laica, o que de certo modo, contrariava a corrente de intelectuais ligados à Igreja Católica (CIGALES, 2014, p. 66)

A disputa de ideias entre esses dois autores, conforme aponta o estudo de Cigales (2014), refletem a maneira como a sociologia foi institucionalizada no Brasil, marcada pela pluralidade de concepções. O período que se segue, compreende os anos de 1940 a 1980, foi marcado pela ausência da disciplina nos currículos escolares (HANDFAS, 2013), fato que impactou na produção de livros didáticos. Até os anos de 1970 foram reimpressos os

principais títulos publicados nos anos 30, circulando principalmente nas Escolas Normais (MEUCCI, 2011). Sob o calor da democratização e das constantes demandas para retorno da sociologia ao ensino médio, a partir dos anos de 1980 nasce um novo conjunto de obras. Em 2008, com a consequente obrigatoriedade do ensino sociologia, e a sua inserção no PNLD, surge uma nova produção de livros para seu ensino e a renovação dos já existentes.

3.2 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

Em termos históricos, a política do livro didático no Brasil data desde 1937 no Estado Novo, com a criação pelo Ministério da Educação, do Instituto Nacional do Livro (INL)⁷ no intuito de legalizar o livro didático, incentivar a sua produção e assegurar a divulgação e distribuição de livros de interesse educacional e cultural. Posteriormente, em 1938, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)⁸, tinha como função dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, passando está a ser a primeira política de legislação, controle e produção de livros didáticos. Conforme Marcuschi (2012), a denominação livro didático abarcava dois conjuntos de obras, primeiramente, os compêndios que eram os “livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares” (MARCUSCHI, 2012, p. 43) e o segundo conjunto, os livros de leituras de classe (antologias e outros livros-texto), conhecidos atualmente como paradidáticos.

Em 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED). Em 1976, o governo assume⁹ a compra de boa parcela dos livros para distribuí-los a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático.

⁷ Instituído por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21/12/1937

⁸ Instituído através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38

⁹ Pelo Decreto nº 77.107, de 04/02/76.

De acordo com Höfling (2000), a FENAME tinha como finalidade básica a produção e a distribuição de material didático às instituições escolares, mas, efetivamente, não contava com organização administrativa nem recursos financeiros para desempenhar tal tarefa. Em decorrência dessa situação, em 1970 foi implantado o sistema de coedição com as editoras nacionais.

Em 1983, substituiu-se a FENAME e é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o PLIDEF. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental (SOARES e SOUZA, 2011). Em 1984, deu-se fim ao sistema de coedição, passando o MEC a ser comprador dos livros produzidos pelas editoras. Por meio do decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985 o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tendo seus objetivos substancialmente ampliados

Em sua criação, o PNLD trouxe mudanças importantes na política do livro didático, estabeleceu-se como meta o atendimento de todos os alunos de primeira a oitava série do primeiro grau das escolas públicas federais, estaduais, territoriais, municipais e comunitárias do país, com prioridade para os componentes básicos Comunicação e Expressão e Matemática (HÖFLING, 1998). É atribuído ao professor o papel de indicação do livro a ser utilizado, a ideia de reutilização do livro abolindo-se o livro descartável, além de centralizar as decisões financeiras na FAE, que 1996 é extinta, ficando a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – autarquia federal, vinculada ao MEC, criada em 1968 – a execução do PNLD, com recursos oriundos principalmente do Salário-Educação.

Nos anos 1990, houve um processo de descentralização da seleção dos livros didáticos a ser encaminhados às escolas, e em 1993 o MEC institui a comissão de especialistas encarregada de avaliar a qualidade dos Livros Didáticos mais solicitados pelos professores e de estabelecer critérios gerais de avaliação do Livro Didático. No ano seguinte é feita a publicação do documento “Definição de critérios para avaliação dos Livros Didáticos” e, a partir de 1995, o PNLD reconfigura-se, através de um processo de avaliação em que uma equipe de especialistas de cada área passa a analisar as diferentes coleções e fazer pareceres sobre os livros

inscritos para este PNLD. Assim, surgiu o 1º Guia de Livros Didáticos.

Em 1996 é iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997. A partir de 1997, o primeiro Guia de Livro Didático veio a público como resultado de um processo de avaliação do material que seria utilizado em sala de aula por alunos e professores. Apesar de ser um material simples ele representou as gênesis de uma avaliação bem mais complexa. O Guia constituiu uma das ferramentas para que professores das escolas avaliem a adequação de um livro ao seu contexto escolar específico.

Em 2004 é criado pela Resolução nº 38 do FNDE, que previa a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país, o PNLEM - Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, e o PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos. Em 2010 são criados¹⁰ os Programas de Material Didático, compostos por dois grandes programas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Básica e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

O portal do Ministério da Educação (MEC), informa que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o MEC publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções aprovadas. O guia é encaminhado às escolas que, por sua vez, escolhem aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

Conforme o portal, o guia é executado em ciclos trienais alternados e a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, como também do ensino médio., os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes, à exceção dos livros consumíveis. O programa também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

¹⁰ Pelo Decreto n.7.084, de 27 de janeiro de 2010.

3.3 PNLD DE SOCIOLOGIA.

A disciplina foi inserida pela primeira vez no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2012. A escolha e distribuição do livro didático passam por várias etapas até chegar às mãos do professor e do aluno. Além dos critérios de avaliação comuns a todas as áreas, há quatro preceitos essenciais que fundamentam a organização dos critérios exclusivos da Sociologia, princípios esses que estão inclusos nas normas do PNLD:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.
2. Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.
3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.
4. Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia (BRASIL, 2015, p.8).

De acordo com esses critérios, o livro didático de sociologia deve ser capaz de apresentar em suas páginas o arcabouço teórico e conceitual que compõe as ciências sociais por meio de uma síntese didática que torne o seu conteúdo compreensível para estudantes do ensino médio (HANDFAS, 2013), provocando aquilo que as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino de Sociologia (OCN's) chamam de “estranhamento” e “desnaturalização” dos fenômenos sociais. O movimento de estranhamento e desnaturalização expresso nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino de Sociologia (2006), são princípios epistemológicos que caracterizam e estruturam a pesquisa e o ensino das Ciências Sociais, ou seja, aparecem como perspectiva, como fundamento para o desenvolvimento do ensino da Sociologia no Ensino Médio.

Conforme Simone Meucci (2000), ao contrário do que se pensa os livros didáticos não possuem somente uma intenção didática. Por vezes considerados, obras de pouco valor, por serem

dedicados à síntese escolar, os livros são parte valiosa do processo de institucionalização de uma disciplina, são também,

[...] a um só tempo, mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular [...] e estão inseridos numa rede sofisticada de relações (MEUCCI, 2013, p.7).

Para Meucci (2014) o estudo sobre os livros didáticos nos permite compreender a dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. A autora enfatiza que, os livros didáticos deveriam ser tomados como sistematização do que é consensual (ou próximo disso) em um dado campo científico, não podendo ser desprezados numa investigação que pretende compreender as ciências sociais no Brasil, ou ao menos, compreender que Ciência Social é apresentada no ensino médio no Brasil. Flavio Sarandy (2004), que também analisou livros didáticos de sociologia, aponta três fortes razões, que tornam relevante um estudo sobre livros didáticos e programas da disciplina:

(a) as ciências sociais no ensino secundário foram fundamentais para a institucionalização das ciências sociais no Brasil, como demonstra a dissertação de Simone Meucci (2000); (b) em segundo lugar devemos considerar o poder de disseminação ou difusão de saberes na sociedade por parte do sistema escolar, algo ainda mais importante num campo científico fragmentado como o das ciências sociais; (c) por fim, os livros didáticos e planos curriculares refletem em alto grau a formação dos cientistas sociais em nível de graduação ou pós-graduação, sendo parte integrante e não menos importante da sistematização desse conhecimento científico entre nós (SARANDY, 2004, p.15).

Quando inserida pela primeira vez no PNLD em 2012, foram inscritas 14 obras didáticas de Sociologia. Dentre os livros analisados, dois foram selecionados pelo programa, pois atenderam os quatro preceitos essenciais que fundamentam a organização dos critérios exclusivos da Sociologia – *Tempos modernos, Tempos de Sociologia* de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros (2010) e, *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Dácio Tomazi (2010). Para o PNLD 2015, foram inscritas 13 obras, sendo seis aprovadas pelo programa para escolha nas escolas. – *Sociologia* de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, *Sociologia Hoje* de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros, *Sociologia para Jovens do Século XIX* de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, *Sociologia em Movimento* esta obra foi elaborada por um total de 19 autores, e novamente *Sociologia para o Ensino Médio* de Nelson Dácio Tomazi e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* de Helena Bomeny e Bianca Freire -Medeiros com edições reformuladas.

Em comparação com a edição 2012, em que foram aprovados dois livros, houve um crescimento significativo. Em 2012 para a equipe avaliadora, o enorme índice de exclusão de livros, denunciou algumas dificuldades relativas ao ensino da Sociologia naquele momento, algumas dessas dificuldades estavam relacionadas,

[...] o fato de que a sociologia esteve ausente como disciplina obrigatória do sistema escolar brasileiro por quase sete décadas, período durante o qual as Ciências Sociais se consolidaram como uma carreira eminentemente acadêmica. [...] pode-se ao menos lançar a hipótese de que as dificuldades manifestas nos livros didáticos são, sobretudo, relativas à difícil conversão do conhecimento científico acumulado num saber escolar. (PNLD, 2012, p.11)

Em 2015, a dinamização do campo, com eventos específicos voltados a pensar e praticar o ensino de sociologia para a educação básica; o envolvimento dos departamentos de Ciências Sociais/Sociologia em projetos de reflexão e consolidação da sociologia nas escolas; o crescimento dos cursos de licenciatura, a multiplicação de iniciativas regionais e estaduais que buscam

promover o debate e a troca de experiências sobre a formação e a prática pedagógica do professor de sociologia, entre outros fatores apontados pelo equipe avaliadora, resultou num número maior de obras aprovadas,

O aumento da produção de livros didáticos terá um impacto na qualidade dos materiais, pois os atuais e os futuros autores terão mais referências e pontos de partida para escreverem suas obras. Os alunos e professores das escolas terão mais opções e diversificação de abordagens teóricas das ciências sociais e das propostas pedagógicas. Isso promove a circulação dos conhecimentos, das reflexões e produções das pesquisas das ciências sociais de maneira amplificada. (PNLD, 2015, p.12)

Dentro da perspectiva apontada por Meucci e Sarandy da importância de uma investigação sobre livros didáticos, a expectativa empreendida aqui nesse estudo é verificar a disseminação do conhecimento de um determinado campo de estudo das ciências sociais. A partir disso, pretende-se analisar em que medida esse conhecimento da forma como está sendo apresentado, contribui para com os objetivos das ciências sociais nesse nível de ensino. Uma vez que, a expansão do número de livros aprovados demonstra por um lado, o amadurecimento de propostas pedagógicas e didáticas para o ensino de Sociologia, bem como um enriquecimento no processo de rotinização da disciplina nas escolas (PNLD, 2015, p.12), por outro ainda persiste os desafios em relação a sua consolidação como disciplina escolar. Busca-se com esse estudo, contribuir com as discussões a respeito da justificativa e concretude da disciplina no ensino médio, assim como, as pesquisas relacionadas a conteúdos, historicidade e temas afins que ainda estão se desenvolvendo e fomentando a discussão.

4. SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO (ED. MODERNA)

Nesta parte, inicialmente será apresentado os autores do Pensamento Social Brasileiro citados no livro *Sociologia em Movimento* (2013), para posteriormente realizar a análise desse material, indicando de que forma o PSB aparece nesse livro. A opção em analisar esta obra deu-se pelo fato de ter sido esta a mais adquirida em 2015 pelo programa de sociologia (quadro1). Chama a atenção também, o fato de ser uma obra coletiva escrita por 19 autores, em sua maioria professores que atuam na educação básica, principalmente junto ao Colégio Pedro II¹¹, tradicional instituição localizada no Rio de Janeiro. Em sua maioria são professores com formação em nível de doutorado, trabalham na rede pública, escola particulares e em instituições federais de ensino (escolas técnicas federais e colégio de aplicação), todos com vasta experiência na educação básica.

Quadro 1 – coleções mais distribuídas por componente curricular.

	Título	Quantidade¹²	Quantidade Coleção¹³
1ª	Sociologia em Movimento	2.387.750	2.420.496
2ª	Sociologia hoje – Volume Único	1.639.710	1.662.645
3ª	Sociologia para o Ensino Médio	1.232.574	1.250.718
4ª	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	1.029.308	1.043.676
5ª	Sociologia – Volume Único	904.224	917.432
6ª	Sociologia Para Jovens do Século XXI	255.231	259.107

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015)

¹¹ Este colégio, foi criado no Império no intuito de formar a elite brasileira. Foi a primeira instituição de ensino secundário a adotar, em 1925, a sociologia como disciplina obrigatória em seu currículo.

¹² Valores referentes apenas ao livro do aluno.

¹³ Valor total, levando em conta o livro do aluno mais o manual do professor.

Sociologia em Movimento se apresenta em volume único para ser utilizado ao longo das três séries do Ensino Médio. A obra tem como proposta pedagógica possibilitar a interação do leitor e mobilizar o estudante para a reflexão, a pesquisa e a leitura, reforçando a ideia da sociologia como uma ciência que colabora na compreensão dos fenômenos atuais e constitui instrumento inestimável para o aluno do ensino médio (SILVA, et. al., 2013, p.13). O livro do aluno possui 400 páginas, subdividido em seis unidades e quinze capítulos. Cada capítulo tem início com a explicitação das habilidades e competências de aprendizagem e com questões motivadoras que orientam os conteúdos didáticos, sempre sob a mediação teórica e metodológica da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

A primeira unidade apresenta as condições sócio históricas que levaram ao desenvolvimento da sociologia como ciência e os temas centrais que, naquele contexto, orientaram as reflexões dos autores clássicos da sociologia. Dois capítulos (1,2) compõem esta unidade. O primeiro capítulo apresenta o tema da produção de conhecimento e propõe uma reflexão sobre as diferentes formas de apreensão e explicação da realidade e dos fenômenos sociais (SILVA, et. al., 2013, p.17). No capítulo seguinte a relação entre indivíduo e sociedade e as principais concepções e questões sobre o tema. Nesta primeira unidade, há menção/citação/referência aos seguintes autores: Pedro Demo (1941-), Miriam Goldenberg (1957-), Octávio Ianni (1926-2004), Luís Antônio Machado Silva (1941-), José Maurício Domingues e Sílvia Romero (1851-1914).

O sociólogo Pedro Demo, aparece no primeiro capítulo em ciência e senso comum como formas complementares de conhecimento, defendendo a pesquisa o modo pelo qual se conhece a realidade. A antropóloga Miriam Goldenberg, é citada na sequência sobre os métodos de investigação científica em ciências sociais. As sínteses de suas trajetórias, obras e contribuições estão na seção *“Quem escreveu sobre isso”* junto ao texto principal. Pedro Demo é apresentado como sociólogo, com atuação destacada nas áreas de educação, formação de professores e metodologia científica, bem como colaboração em diferentes níveis de governo na elaboração de políticas públicas na área da educação. (SILVA, et. al., 2013, p.15). Miriam Goldenberg é apresentada como especialista em estudos de gênero, com experiência de pesquisa concentrada na área de antropologia urbana com ênfase em gênero, atuando nos seguintes

temas: gênero e desvio, casamento, sexualidade, infidelidade, corpo e envelhecimento. Na sequência do capítulo, Octavio Ianni é mobilizado pela autoria a falar sobre a interpretação sociologia no Brasil e suas características. O texto principal apresenta Ianni como sociólogo paulista que interpretou o Brasil, a partir do método dialético em uma busca por desvendar as contradições econômicas, políticas e sociais que marcaram o ingresso do país na modernidade. (SILVA, et. al., 2013, p. 26).

No texto “*a sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI*”, o sociólogo Luiz Antônio Machado Silva é citado como referência na interpretação dos diferentes aspectos da sociabilidade urbana brasileira desde 1970 e referência no campo da “sociabilidade cotidiana/ sociabilidade violenta”. O texto didático informa que o tema “violência urbana” torna-se mais compreensivo através das interpretações sociológicas de Luiz Antônio Machado da Silva. O sociólogo José Maurício Domingues é citado/mencionado, sobre a sociabilidade moderna que ocorre essencialmente no espaço da cidade.

Sílvio Romero é mencionado no item “*instrumento jurídico*”, cujo tema é a trajetória da sociologia como disciplina na educação básica. O autor é apresentado como um precursor dos sociólogos brasileiros, que ao longo do século passado, constituíram uma base conceitual e prática para a análise sociológica da realidade social brasileira. O item “*instrumento jurídico*”, aparece ao final de cada capítulo. É dedicado a discutir as bases legais relacionadas aos fenômenos que se apresentaram ao longo do texto didático.

A segunda unidade da obra, visa refletir e debater sobre temas que ajudam a compreender as ações individuais e coletivas (SILVA,et.al.2013, p.11). Os conceitos de cultura e ideologia são apresentados no capítulo 3 para abordar a relação entre cultura, socialização e meios de comunicação de massa. No capítulo 4 busca-se debater os principais conceitos sociológicos sobre a vida em sociedade a socialização e o controle social. O quinto capítulo 5 – raça, etnia e multiculturalismo – visa mostrar o olhar das ciências sociais sobre a temática das relações culturais e das desigualdades sociais (SILVA,et.al.2013, p.33), com foco na discussão do racismo e suas implicações na formação das sociedades capitalistas contemporâneas, em particular da sociedade brasileira. Nesta unidade ao longo do texto principal há menção/citação/referência a Ahyas Sissé, Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), Esther

Hamburger, Florestan Fernandes (1920-1995), Gilberto Freyre (1900-1987) e Kabengele Munanga (1942-).

A cientista social Esther Hamburger é mencionada/citada na seção “*considerações sociológicas*” que traz a questão da novela como alienação ou conscientização. Esta seção traz enxertos de textos¹⁴ da autora e apresenta sua análise que considera elementos válidos nas duas perspectivas. De acordo com a autoria, o boxe “*considerações sociológicas*” traz o resultado de pesquisas recentes ou textos atuais que traduzem de diferentes formas o papel do saber sociológico na compreensão das transformações e conflitos de nossa sociedade,

[...] com base nesta seção, o docente poderá propor um estudo dirigido, promover a reflexão em aula, contextualizar os conceitos abordados e proporcionar o questionamento coletivo com a finalidade de desenvolver a capacidade de análise crítica do estudante. (SILVA, et. al., 2013, p. 6).

No tema socialização e controle social, Carlos Nelson Coutinho é mencionado por ser contra a tese/ideia/conceito/ de Althusser sobre controle ideológico, aparelho ideológico do estado. Segundo Coutinho, Althusser estaria abandonando a discussão sobre o papel dos indivíduos na história e a capacidade destes de transformá-las. Na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, Coutinho é apresentado como filósofo, cientista político, crítico literário e intelectual marxista de grande influência no Brasil, reconhecido internacionalmente por analisar a obra de Gramsci (SILVA, et. al., 2013, p. 95). O boxe expõe algumas contribuições do autor, como papel importante na construção de uma teoria política no Brasil, crítica ao estruturalismo marxista e na defesa da democracia como valor universal.

Em raça, etnia e multiculturalismo, mera citação ao nome de Kabengele Munanga no texto principal. O boxe “*Quem escreveu sobre isso*” o apresenta como o primeiro antropólogo de seu país, República democrática do Congo. Trabalhando no Brasil desde 1980, com experiência de pesquisa centrada na área de antropologia das populações afro-brasileiras, atuando nos temas: racismo,

¹⁴Hamburger, E. *Telenovelas e interpretações do Brasil*. Lua Nova, São Paulo, nº 82, 2011.

identidade, identidade negra, África e Brasil (SILVA, et. al., 2013, p. 106-107). O texto secundário *raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos* após contexto histórico introdutório, apresenta Gilberto Freyre como o expoente da teoria de que no Brasil em vez da discriminação e segregação racial, por causa da miscigenação haveria harmonia entre as diferentes raças – democracia racial. Freyre consta na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, como sociólogo, antropólogo e historiador pernambucano, considerado um dos mais importantes pesquisadores da cultura e da identidade nacional no Brasil (SILVA, et. al., 2013, p. 115). Sua principal contribuição para a discussão sobre as relações raciais é a interpretação do Brasil a partir dos aspectos positivos da miscigenação, rompendo com as teorias racistas que predominaram no século XIX.

Florestan Fernandes é mencionado na sequência do texto no subtítulo *o mito da democracia racial*. O texto didático expõe o argumento/estudo do autor contrário ao mito da democracia racial, e a desconstrução da visão de convívio harmonioso entre as raças. Na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, síntese de sua obra e trajetória política. Florestan é apresentado como quem contribuiu para a construção da teoria sociológica brasileira e participou ativamente dos movimentos sociais pela educação pública. Também é dado destaque a influência das conclusões sociológicas de Fernandes no movimento negro ao longo dos anos de 1960 e 1970. O sociólogo Ahyas Sissé é citado rapidamente no texto principal, sobre multiculturalismo no campo da educacional como um novo olhar analítico sobre as múltiplas relações que permeiam os processos de discriminação racial. Na seção “*Quem escreveu sobre isso*” é apresentado como sociólogo brasileiro, professor, pesquisador, estudioso das temáticas do multiculturalismo, ações afirmativas e relações étnico-raciais brasileiras e educação.

A terceira unidade da obra, coloca em discussão o tema das relações de poder, as relações de poder dentro do estado, a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos. A unidade propõe uma reflexão crítica sobre os ideais e valores que estão no cerne da sociedade contemporânea e que tem o indivíduo como fundamento central, de acordo com a autoria da obra (SILVA, et. al., 2013, p.12). Nesta unidade a menção/referência/citação a seis autores do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna (1883-1951), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Victor Nunes Leal (1914-1985),

José Murilo de Carvalho (1939-), Wanderley Guilherme dos Santos (1935-) e Maria Victória Benevides.

O capítulo seis desta unidade, propõe uma reflexão sobre a influência do poder, da política e do estado no cotidiano e sua importância para a organização da sociedade. O texto didático apresenta as diferentes manifestações de poder na sociedade, algumas considerações sobre as origens do conceito e o significado da política e as formas de organização do estado moderno (SILVA, et. al., 2013, p.45-46). Após apresentar as formas de participação política na sociedade moderna, por meio dos partidos políticos e dos sistemas eleitorais, o texto principal desenvolve uma análise sobre a formação do estado brasileiro, com ênfase em algumas características, entre elas a indistinção entre esfera pública e privada, o coronelismo e a corrupção. Oliveira Vianna é mobilizado acerca da formação do estado brasileiro:

[...]segundo o sociólogo Oliveira Vianna, o Brasil era formado por vários núcleos privados, independentes, e cada um tinha sua própria vida econômica, jurídica e moral (...). Em seu ensaio *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna chama atenção para esse cenário, presente desde a formação do Brasil e que impossibilita a constituição de uma sociedade nos moldes modernos. Para esse autor, somente um estado forte e centralizado seria capaz de criar um sentimento de pertencimento público e encerrar os vínculos privados. (SILVA, et. al., 2013, p.153).

O autor consta na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, ao qual é apresentado como, professor, jurista, historiador, sociólogo e o primeiro a abordar o tema formação do povo brasileiro a partir de estudos sociológicos. Sérgio Buarque de Holanda, surge na sequência do texto principal, como historiador que seguiu a mesma preocupação de Oliveira Vianna, entender a formação da sociedade e do estado brasileiro. A síntese de sua trajetória e contribuições fica para a seção “*Quem escreveu sobre isso*”, é apresentado como historiador e professor universitário, a seção destaca a trajetória do autor, desde quando se formou em direito pela universidade do Brasil em 1925 até 1980 quando membro fundador do partido dos

trabalhadores. O texto didático dá destaque para o conceito de homem cordial.

Sérgio Buarque de Holanda [...] explica que um dos traços do brasileiro era a propensão em sobrepor as relações familiares e pessoais as relações profissionais ou públicas [...]. O autor enfatiza uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: a dificuldade em cumprir os ritos sociais [...] e separar, a partir de uma racionalização desses espaços, o público e o privado (SILVA, et. al., 2013, p 153).

Na sequência o texto principal trata do período imperial e posteriormente da república velha, ao qual traz para a análise da formação do estado brasileiro no primeiro período republicano as contribuições de Victor Nunes Leal. O estudo do autor é apresentado como uma das abordagens clássicas sobre o coronelismo. No box “*Quem escreveu sobre isso*” é apresentado como jurista que desenvolveu sua principal tese no livro coronelismo, enxada e voto com base no argumento de que o coronelismo é um sistema de reciprocidade, votos em troca de favores (SILVA, et. al., 2013, p. 155). O capítulo sete traz a questão da democracia, associada à temática da cidadania e dos direitos humanos. Na terceira parte deste capítulo, democracia, cidadania e direitos humanos são pensados em relação ao Brasil, tendo como referência autores nacionais contemporâneos como José Murilo de carvalho e Wanderley Guilherme dos Santos. De acordo com a autoria, ambos abordam as contradições entre os marcos legais e a realidade social e política brasileira (SILVA, et. al., 2013, p. 53). José Murilo de Carvalho é apresentado como cientista político e historiador brasileiro que produziu trabalhos relevantes na tentativa de compreender a construção política e social brasileira. O box *considerações sociológicas* traz excerto de texto¹⁵ de José Murilo de Carvalho sobre cidadania. O texto didático expõe a contribuição do autor ao tema cidadania:

[...] José Murilo de Carvalho desenvolveu a teoria de que vivemos uma estadania, pois

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

muitos de nossos direitos seriam resultantes de uma “concessão” relativa do estado, feita “de cima para baixo”, a uma população muitas vezes desinteressada da “coisa pública”. Dessa forma, os direitos costumam ser vistos como concessões ou benefícios oferecidos pelos grupos dominantes ao restante da população (SILVA, et. al., 2013, p 179).

Wanderley Guilherme dos Santos é mencionado/mobilizado/citado como cientista político que utiliza o conceito de cidadania regulada para identificar a concessão dos direitos por parte do estado como forma de medir possíveis conflitos entre classes. Em “*Quem escreveu sobre isso*” é apresentado como cientista político brasileiro que se notabilizou por refletir sobre as relações de poder presentes no Brasil e na América Latina (SILVA, et. al., 2013, p 180). A socióloga Maria Victória Benevides é mencionada sobre as formulações institucionais firmadas pela constituição de 1988, ao qual a socióloga denomina de democracia semidireta. O mundo do trabalho e a desigualdade social está em discussão na quarta unidade da obra. Esse tema é trazido para debate ao focar a nova realidade vivenciada no mundo do trabalho nas últimas décadas e suas consequências para os indivíduos e as coletividades. Renato José Pinto Ortiz (1947-), Ricardo Antunes (1953-), Marcelo Cortês Neri (1963-), Marcio Pochmann (1962-), Amaury de Souza (1942-2012), Bolívar Lamounier (1943-) e Jessé José Freire de Souza (1960-) são os autores mencionados ao decorrer da unidade. O capítulo 9, apresenta diferentes debates e visões do trabalho em diversos contextos históricos e sociais. Enxertos de texto de Ricardo Antunes¹⁶ constam no box “*considerações sociológicas*”.

O capítulo 10 discute os principais conceitos e teorias sobre estratificação e desigualdade social. O sociólogo Renato Ortiz, é mobilizado nas explicações das causas da desigualdade e da pobreza. Na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, é apresentado a trajetória acadêmica do autor, destacando que após uma trajetória acadêmica “sinuosa” que inclui zootecnia e engenharia optou pela sociologia. Na seção *saiba mais*, Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, Jessé de Souza, Marcelo Neri e Marcio Pochmann são mobilizados no debate sobre o conceito de nova classe média. É

¹⁶ANTUNES, Ricardo. *A crise, o desemprego e alguns desafios atuais*. Serv.Soc. Soc., São Paulo, n.104, p. 632-635, out./dez.2010.

apresentada a perspectiva de análise de cada autor sobre o referido conceito. A quinta unidade, trata do tema globalização e a sociedade do século XX. A unidade traz as abordagens sociológicas das relações entre estados e seu impacto na vida social das coletividades e dos indivíduos. Nesta unidade a autoria mobiliza Celso Furtado (1929-2004), Fernando Henrique Cardoso (1931-), Armando Boito Junior e Wilson Cano.

No capítulo 11, sociologia do desenvolvimento, é apresentado os principais debates conceituais sobre desenvolvimento social e econômico e as contribuições de cada autor. Fernando Henrique Cardoso teoria da dependência, Armando Boito Junior neodesenvolvimentismo, Wilson Cano desindustrialização e Celso Furtado sobre subdesenvolvimento. A seção “*Quem escreveu sobre isso*” traz síntese da obra, contribuições e trajetória de Celso Furtado, apresentado como um dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro. O texto principal expõe de forma breve alguns pontos da teoria original de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A última unidade da obra, unidade seis, trata da questão do espaço urbano e a sociedade, o debate sobre gênero e sexualidade e o tema do meio ambiente. Primeiramente, o eixo de abordagem proposto pela unidade, tem como foco a constituição do espaço urbano, os sujeitos envolvidos nesse processo, e as tensões nas relações mantidas por eles (SILVA, et. al., 2013, p.90). Na sequência, apresenta-se um panorama nacional e internacional sobre os principais autores e discussões referentes a temática gênero e sociabilidade nas ciências humanas e sociais. Ao final busca-se abordar a interação entre o meio ambiente e as distintas culturas humanas. Aqui mobiliza-se os seguintes autores, Alba Zaluar (1942-), Carlos Vainer, Cristina Bruschini (1945-2012), Flávia Biroli (1975-), Carla de Castro Gomes e Antônio Cândido de Mello e Souza (1918-2017).

A antropóloga Alba Zaluar é mencionada sobre a violência urbana no Brasil. Na seção “*Quem escreveu sobre isso*”, é apresentada como reconhecida antropóloga especialista na área de antropologia e sociologia urbanas, uma das pioneiras na pesquisa de violência urbana no Brasil, é apresentado também os estudos realizados pela autora. Carlos Vainer é requerido sobre “cidades de exceção”, a forma como os preparativos para receber megaeventos interfere na vida cotidiana. A socióloga Cristina Bruschini referência no estudo de gênero no Brasil, consta no *boxe* “*Quem*

escreveu sobre isso”. É apresentada como uma das principais referências nos estudos de gênero e trabalho no Brasil.

No boxe “*considerações sociológicas*”, o texto intitulado gênero e política no jornalismo apresenta uma reflexão de como a questão de gênero é abordada na mídia. São citadas/mencionadas as cientistas políticas Flávia Biroli e a socióloga Carla de Castro Gomes. Antônio Cândido é citado sobre problemas ambientais que afetam as sociedades materiais e culturalmente. No boxe “*Quem escreveu sobre isso*”, é apresentado como cientista social referência nas ciências sociais e na crítica literária brasileira, no estudo dos aspectos culturais que marcam a relação da sociedade com o meio ambiente.

4.1 PSB NO LIVRO DIDÁTICO: CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS.

O trabalho aqui proposto é descritivo e pautou-se pela análise de como os autores aparecem no livro. Nesse sentido, primeiramente investigou-se quais autores do pensamento social brasileiro (PSB) estavam presentes no livro Sociologia em Movimento. Num segundo momento, procurou-se identificar com qual finalidade os autores eram mobilizados. Como referência histórica para explicar o Brasil, como fundamentação teórica ou ferramenta de interpretação de temas. Por fim analisou-se a disposição do PSB no texto didático, ou seja, o espaço dedicado de acordo com distribuição dos autores. Sinteticamente em relação a autor, tema e capítulo, temos o seguinte cenário:

Quadro2– disposição dos autores de acordo com o tema/capítulo

Autor	Tema/capítulos
Pedro Demo Miriam Gold Octavio Ianni Silvio Romero Luís A. Machado Silva	Produção de conhecimento, ciência- Cap.1
Jose Mauricio Domingues	Sociedade e o indivíduo- Cap.2
Esther Hamburgo	Cultura e ideologia – Cap.3
Carlos Nelson Coutinho	Socialização e controle social Cap.4
Kabengele Munanga Gilberto Freire Florestan Fernandes Ahyas Sissé	Raça, etnia e multiculturalismo – Cap.5
Oliveira Vianna Sergio Buarque de Holanda Victor Nunes Leal	Poder, Política e Estado – Cap.6
Jose Murilo de Carvalho (enxerto) Wanderley Guilherme dos Santos Maria Victoria Benevides	Democracia, cidadania e direitos humanos – cap. 7
Ricardo Antunes (enxerto)	Trabalho e sociedade – Cap.9
Renato Ortiz Amaury de Souza Bolívar Lamounier Jesse de Souza	Desigualdade social – Cap.10 “Nova classe média” – debate (boxe)
Celso Furtado Fernando Henrique Cardoso Armando Boito Jr Wilson Cane	Sociologia do desenvolvimento – Cap.11
Alba Salvar Carlos Vainer	Sociedade e espaço urbano – Cap.13
Cristina Bruschini Flavia Biroli Iris Young Carla de Castro Gomes	Gênero e sociabilidade – Cap.14 Gênero e política no jornalismo – debate (boxe)
Antônio Cândido	Sociedade e meio ambiente – Cap.15

Entre os autores mais recentes (contemporâneos) das Ciências Sociais, foram citados exclusivamente: Ahyas Sissé, Alba Zaluar, Amaury de Souza, Armando Boito Jr, Antônio Candido, Carlos Vainer, Cristina Bruschini, Flávia Biroli, Íris Marion Young, Carla de Castro Gomes, José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos, Maria Victória Benevides, Pedro Demo, Luís Antônio Machado Silva, Jose Mauricio Domingues, Esther Hamburgo, Carlos Nelson Coutinho, Ricardo Antunes, Renato Ortiz, Bolívar Lamounier, Jesse de Souza, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Wilson Cane. Entre os clássicos do pensamento social: Silvio Romero, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Victor Nunes Leal, foram os autores mobilizados no livro em análise.

Os autores “clássicos” do pensamento social da década de 1930 e 1950, aparecem uma única vez, não havendo um mesmo autor em diferentes capítulos. Sílvia Romero, aparece como precursor dos sociólogos brasileiros, que ao longo do século passado, constituiu uma base conceitual e prática para a análise sociológica da realidade social brasileira. Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal são mobilizados para explicar o Brasil, a formação do estado brasileiro e algumas características peculiares a essa formação, a indistinção entre esfera pública e privada, o coronelismo e a corrupção. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes são utilizados como referência histórica ao se discutir a questão racial no Brasil. É apresentada a perspectiva de Freyre seguida da crítica de Florestan. Octavio Ianni aparece como referência a falar sobre a interpretação sociológica no Brasil e suas características, o texto didático o apresenta como sociólogo que interpretou o Brasil a partir do método dialético.

Alguns autores contemporâneos, são requeridos como referência na interpretação de certos temas. A antropóloga Alba Zaluar e o sociólogo Luís Antônio Machado Silva são mobilizados no texto didático como referência na interpretação do tema violência urbana. Jose Murilo de Carvalho e Wanderley Guilherme dos Santos referência no tema cidadania e Cristina Bruschini referência no tema gênero. Outros são mobilizados como fundamentação teórica do conteúdo que está sendo apresentado no texto principal. A cientista social Esther Hamburger sobre a questão da novela como alienação ou conscientização. O sociólogo Renato Ortiz é mobilizado nas explicações das causas da desigualdade e da pobreza. Armando Boito Junior sobre neodesenvolvimento, Celso Furtado sobre

subdesenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso teoria da dependência e Wilson Cano sobre desindustrialização. Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, Jessé de Souza, Marcelo Cortês Neri e Márcio Pochmann são mobilizados no debate sobre o conceito de nova classe média. É apresentada a perspectiva de análise de cada autor sobre o referido conceito. A cientista política Flavia Biroli, Íris Marion Young e a socióloga Carla de Castro Gomes apresentam uma reflexão de como a questão de gênero é abordada na mídia. Antônio Cândido sobre os problemas ambientais que afetam as sociedades materiais e culturalmente. Alguns autores foram citados no texto principal rapidamente sem deixar claro a sua relevância. Pedro Demo, Mirian Goldenberg, Carlos Nelson Coutinho, Kabengele Munanga, Ahyas Sissé, Maria Victoria Benevides e Carlos Vainer. Assim, de acordo com a finalidade a qual foram mobilizados os autores, temos o seguinte quadro:

Quadro3 – formas de mobilização dos autores

Referência histórica/explicar o Brasil.	Fundamentação teórica do conteúdo.	Referência na interpretação de certos temas.	Mera citação
Octavio Ianni Silvio Romero Oliveira Vianna Sérgio B. de Holanda Victor Nunes Leal Gilberto Freyre Florestan Fernandes	Esther Hamburger Renato Ortiz Celso Furtado Fernando H. Cardoso Armando Boito Jr Wilson cano Amaury de Souza Bolívar Lamounier Jessé de Souza Marcelo Cortês Neri Márcio Pochmann Flavia Biroli Íris Marion Young Carla de Castro Gomes Antônio Cândido	Alba Zaluar Luís A. Machado Silva Jose M. de Carvalho Wanderley G. dos Santos	Pedro Demo Mirian Goldenberg Carlos N. Coutinho Kabengele Munanga Ahyas Sissé Maria V. Benevides Carlos Vainer.

Para além da distribuição dos autores em temas e capítulos é possível considerar também a disposição dos autores no texto, uma vez que, as referências mobilizadas aparecem em partes específicas da obra. Alguns autores aparecem no texto principal, outros em textos complementares ou boxes.

Quadro 4 – disposição dos autores no texto

Texto principal	Pedro Demo, Mirian Goldenberg, Octavio Ianni, Luiz A. C. M. Silva, Jose M. Domingues, Carlos N. Coutinho, Kabengele Munanga, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Ahyas Sissé, Oliveira Vianna, Sergio B.de Holanda, Victor Nunes leal, Jose M. de carvalho, Wanderley G. Santos, Maria V. Benevides, Renato Ortiz, Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Armando B. Junior, Wilson Cano, Alba Zaluar, Carlos Vainer, Cristina Bruschin, Antônio Cândido.
Quem escreveu sobre isso	Pedro Demo, Mirian Goldenberg, Carlos N. Coutinho, Kabengele Munanga, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Ahyas Sissé, Oliveira Vianna, Sergio B.de Holanda, Victor Nunes Leal, Jose M. de Carvalho, Wanderley G. Santos, Renato Ortiz, Celso Furtado, Alba Zaluar, Cristina Bruschini, Antônio Cândido.
Considerações Sociológicas	Esther Hamburger, Flavia Biroli, Íris Marion Young, Carla C. Gomes, Ricardo Antunes (excerto), José M. de Carvalho (excerto).
Saiba mais	Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, Jessé de Souza, Marcelo Neri, Marcio Pochmann.
Instrumento jurídico	Silvio Romero

O modo como os autores aparecem no texto didático, nos mostra que, há formas distintas de valorizar os autores. Porém essa valorização não é absoluta. Ao sintetizar algo sobre o autor, o boxe indica uma subvalorização, dando destaque visual a algo sobre o autor que pode ser entendido como uma valorização maior se considerado apenas o aparecimento do autor no texto principal do livro, sem imagem.

O boxe “*Quem escreveu sobre isso*” apresenta o autor citado no texto principal, as ideias presentes em sua obra, a imagem do autor, síntese de sua trajetória e contribuições. É um boxe de destaque no meio do texto principal. Com exceção de Octavio Ianni, Luiz A. C. Machado Silva, Jose M. Domingues, Maria V. Benevides, FHC, Armando B. Junior e Wilson Cano, os demais autores citados no texto principal constam no referido boxe.

O boxe cumpre um papel ambivalente, por um lado ele dá um destaque para o autor com imagem e síntese da sua trajetória, por outro ele negligencia uma análise mais minuciosa sobre o pensamento daquele autor porque simplifica-se muito para pôr no boxe. É o caso, por exemplo, dos autores que foram meramente citados no texto principal e constam no boxe “*Quem escreveu sobre isso*”: Pedro Demo, Mirian Goldenberg, Carlos N. Coutinho e Kabengele Munanga. Há uma valorização de destaque em termos de imagem, trajetória e contribuições dos autores, porém não há profundidade na abordagem desses autores no texto principal.

De modo diferente estão, Esther Hamburger, Flavia Biroli, Íris Marion Young, Carla de Castro Gomes, que aparecem como fundamentação teórica do conteúdo, nos textos complementares da seção “*Considerações sociológicas*”, porém não tem as sínteses de suas trajetórias, nem suas imagens representadas. Talvez por estarem em partes do livro didático cujo destaque “visual” não seja o foco da abordagem. O mesmo ocorre com Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, Jessé de Souza, Márcio Pochmann, Marcelo Neri e Silvio Romero na seção “*Saiba mais*” e “*Instrumento jurídico*”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira parte deste trabalho, buscou apresentar, de um modo geral, os autores e as questões centrais que compõem o panorama da área de Pensamento Social no Brasil. Muito ainda voltada para as questões apresentadas pelos autores clássicos, as interpretações teóricas sobre o Brasil. Posteriormente, procurou-se mostrar através de um breve histórico, os intervalos e interrupções da oferta da disciplina na escola, a política do livro didático no Brasil e a produção de livros didáticos de Sociologia.

Assim, dentro da perspectiva apontada por Simone Meucci (2000,2014) e Flavio Sarandy (2004) da importância de uma investigação sobre livros didáticos, a expectativa empreendida aqui nesse estudo foi a de verificar a disseminação do conhecimento de um determinado campo de estudo das ciências sociais – Pensamento Social Brasileiro – no livro didático de Sociologia (Ciências Sociais) para o Ensino Médio. Acredita-se que a abordagem de autores do Pensamento Social no âmbito do ensino médio, aprofunda e aperfeiçoa o conhecimento da formação da sociedade brasileira nesse nível de ensino e auxilia no processo de ensino-aprendizagem, pois são temas próximos da realidade dos estudantes, analisados por autores brasileiros.

Levando em conta, as referências citadas na obra em análise, a finalidade com a qual os autores foram mobilizados e a disposição destes no texto didático, coloca-se que a obra analisada, apresenta uma abordagem satisfatória dos autores do pensamento social brasileiro. Não há um capítulo ou tópico específico sobre História da Sociologia no Brasil ou Interpretações sobre o Brasil, logo as referências mobilizadas não se limitam apenas aos autores clássicos dos anos 1930 a 1950. Há um rigoroso diálogo com os autores mais recentes das Ciências Sociais, mobilizados com a finalidade de fundamentar o conteúdo proposto no texto principal ou como referência para contribuir com temas do Brasil contemporâneo - espaço urbano, gênero e sexualidade, meio ambiente, globalização, democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil, multiculturalismo, ações afirmativas, mídia. Os autores clássicos das Ciências Sociais no Brasil são mobilizados como referência histórica na questão racial ou para explicar o Brasil nas suas características políticas. Predomina uma abordagem de pôr em boxes destacados do texto, a imagem dos autores citados no texto principal, a síntese da sua trajetória, obras e contribuições, o que

permite ao estudante deste nível de ensino, uma linguagem rápida e dinâmica dos autores.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. **Pensamento social da escola sociológica paulista**. In: Sergio Miceli. (Org.). O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002. 1ªed.São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS, 2002, v., p. 183-230.

_____. **Atualidade do pensamento social brasileiro**. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 2, p. 51-70, 2011.

BOTELHO, André; BASTOS Elide Rugai. **Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro**. In: Carlos Benedito Martins; Heloísa Helena T.de Souza Martins. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia. 1ed.São Paulo: ANPOCS; Instituto Ciência Hoje, 2010, v. 1, p. 475-496.

BOTELHO, André. **Sequências de uma sociologia política brasileira**. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.

_____. **Passado e futuro das interpretações do país**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. Dados, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº15/1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 03/98/CNE. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 38/2006.** Inclusão Obrigatória das Disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 7 de julho de 2006a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio, vol. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília, 2006. Cap. 4: Conhecimentos de Sociologia.

_____. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 de junho de 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB. Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE. CEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático.** <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>.

_____. **Guia de Livros Didáticos: PNLD 2012: Sociologia.** Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2011.

_____. **Guia de livros Didáticos: PNLD 2015.** Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

CANDIDO, Antônio. **Sociologia No Brasil.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo. **Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente.** 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; MARTINS, Lucinéia Scremin. **A Sociologia como objeto de pesquisa e ensino: Introdução ao dossiê Ensino de Ciências Sociais.** Em Debate, n. 14, p. 2-11, 2016.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo**. Revista Alabastro, v. 2, n. 4, p. 65-78, 2014.

_____. **O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares**. Revista Café com Sociologia, v. 3, n. 1, p. 49-67, 2014.

COAN, Marival. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. 2006, 356 f. Dissertação (Mestrado em Educação PPGE/CED/UFSC), 2006.

DAROS, M. D. **O Instituto de Educação de Florianópolis nos anos de 1930 e 1940: um modelo para a formação dos professores catarinenses**. In: IV ANPED-SUL, 2002, Florianópolis. Anais. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil Dados Estatísticos**. Disponível em

<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acessado em 10 de novembro de 2016.

HANDFAS, A. **Os livros didáticos de Sociologia**. Revista Coletiva, v. 1, p. 50-55, 2013.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático**. Educ. Soc, v. 21, n. 70, 2000.

LIEDKE Filho, Enno. **A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios**. Sociologias. Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul.-dez. 2005.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. **A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. Dossiê: Disciplinas e profissões em debate**. Civitas, v13, n.3.p. 416-435, 2013.

MAIA, João Marcelo E. **Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. Sociedade e estado, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

MARCUSCHI, Beth. **Livro didático de língua portuguesa: políticas públicas e perspectivas de ensino.** In: MILREU, Isis; RODRIGUES, Márcia C. (Org.). Ensino de língua portuguesa e literatura: políticas, práticas e projetos. 1ed. Campina Grande: Bagagem/Universitária da UFCG, 2012, v. 01, p. 35-54.

MEIRELLES, Mauro; SCHWEIG, Grazielle Ramos. **Antropologia e Educação: um diálogo necessário.** Percursos (Florianópolis. Online), v. 13, p. 81-98, 2012.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos.** Dissertação de mestrado. Campinas, UNICAMP, (março) 2000.

_____. **Notas para um balanço crítico da produção recente de livros didáticos de sociologia no Brasil.** In: Luiz Fernandes de Oliveira. (Org.). Ensino da sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais. 1ed. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013, v.p. 75-80.

_____. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 2, p. 209, 2014.

MICELI, S. Intelectuais brasileiros. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** 2. ed. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília,DF: CAPES, 1999. p. 109-147.

MORAES, Amaury. **Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato.** In: Tempo Social, vol. 15, n.º 1, p.5-20, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

_____. **O veto: o sentido de um gesto.** Boletim do Sinsesp, São Paulo/Sinsesp, v. out, p. 10-12, 2001.

_____. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** *Cad. CEDES*, Dez 2011, vol.31, no.85, p.359-382.

PEIRANO, Mariza G.S. **A Antropologia como ciência social no Brasil.** Etnográfica, V.4,n.2, p.219-232,2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1999) **Interpretações sobre o Brasil**. In S. Miceli (org). O que ler na ciência social brasileira, 1970-1995. São Paulo: Sumaré.

OLIVEIRA, Amurabi. **Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica**. Acta Scientiarum Education. Maringá, v; 35, n. 2, p. 179-189, Jul-Dez, 2013.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, FAPESP, 2007. v. 1. 220p.

SARANDY, Flávio Marcos. **A sociologia volta à escola: Um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil**. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas**. In: Coleção Explorando o Ensino. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010. P. 15-44.

SILVA, Afrânio. Vários autores. **Sociologia em movimento**. 1 edição. São Paulo: Moderna, 2013.

SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Wendell de Oliveira. **Memorial do PNLD: Elaboração, Natureza e Funcionalidade**. In: Anais eletrônicos da XIX Semana de Humanidades. Natal, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; BOTELHO, André. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. *Lua Nova*, 82: 11-16. 2011.

VELOSO, Mariza Motta Santos; TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Dossiê: Pensamento Social Brasileiro e Latinoamericano**. Brasília, 2011. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).

